



Processo nº: 201600029001929

Nome: Gerência de Informática

Assunto: Solicitação

1. PARECER GEJUR Nº 0076/2016 – Trata-se de solicitação, formulada pela Coordenação de Informática, de análise, apontamentos de adequações e autorização do uso do Termo de Adesão dos Serviços de Cadastramento Eletrônico da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR, para ser publicado no portal de serviços eletrônicos e assinado pelas empresas que deles necessitarem.

2. A solicitação foi formalizada com o memorando nº 0009/2016-CI (fl. 02) que informa que esse termo de adesão, cuja minuta encontra-se nas fls. 03/05, permitirá às empresas reguladas e fiscalizadas da AGR, diretamente ou por meio de seus procuradores, demandarem serviços e praticarem atos processuais que dependam de petição escrita, por meio de formulários eletrônicos próprios, fazendo uso da Internet.

3. Na sequência, a solicitação da Coordenação de Informática foi acatada pela Gerência de Gestão, Planejamento e Finanças para análise legal da minuta do termo de adesão de serviços – cadastramento eletrônico de empresa, ferramenta virtual que permitirá as empresas demandarem atos por meio eletrônico em substituição aos atuais formulários manuscritos (fl. 06).

4. Registre-se que foram realizadas pela Coordenação de Informática duas reuniões nos dias 11 e 12 de abril de 2016 para apresentação do Sistema Eletrônico de Cadastro de Empresas, que conterà diversos módulos, como o cadastramento de empresas, cadastramento de veículos e as autorizações de viagem.

5. Após esse breve relato, entende-se necessário, para maior compreensão das possíveis implicações jurídicas relacionadas, o retorno dos autos à Coordenação de Informática para juntada de uma descrição, em linguagem leiga, do referido sistema, com a indicação de seus principais documentos, inclusive aqueles que dependem de assinatura.

6. Independentemente disso, atendendo solicitação verbal da Coordenação de Informática, informa-se, à seguir, a legislação que trata da validade jurídica da assinatura eletrônica,

GERÊNCIA JURÍDICA	PA12V.17	0076/2016	PÁGINA 1 DE 3
AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS AVENIDA GOIÁS, Nº 305, EDIFÍCIO VISCONDE DE MAUÁ – SETOR CENTRAL – CEP: 74.005-010. TELEFONE: (62) 3226 6400 – WWW.AGR.GO.GOV.BR			

GR.

recomendando-se, entretanto, que se aguarde as orientações do parecer que será elaborado após o atendimento da diligência solicitada.

7. A Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil - para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras¹.

8. Essa Medida Provisória, em seu art. 10, considerou documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que ela trata, presumindo-se verdadeiros em relação aos signatários as declarações constantes nesses documentos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pelo ICP-Brasil.

9. O § 2º desse mesmo artigo 10, entretanto, não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

10. Quanto ao Estado de Goiás, a Lei estadual nº 17.039/10 dispõe sobre a informatização e a digitalização dos processos e atos da Administração Pública Estadual e dá outras providências.

11. Nessa lei estadual (art. 2º, § 2º), nos moldes da Lei federal nº 11.419/06, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, existe a definição do que seja assinatura eletrônica:

Art. 2º O uso de meio eletrônico no registro e na comunicação de atos administrativos ou normativos, nas instruções processuais e na tramitação de processos administrativos da Administração Pública Estadual será admitido nos termos desta Lei.

(...)

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

(...)

II – assinatura eletrônica: as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

¹ Maiores detalhes sobre a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil - e a assinatura eletrônica podem ser obtidos no sítio www.iti.gov.br.





- a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada, na forma de lei específica;
- b) cadastro de usuários junto à unidade de registro, conforme disciplinado em regulamento. (destaque nosso)

12. Assim, coexistiriam, na Lei estadual nº 17.039/10, com validade jurídica, a assinatura digital baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora e a assinatura eletrônica na forma de cadastro de usuários junto à unidade de registro. Esta última dependeria de regulamentação por decreto que, até a presente data, não foi editado, o que será objeto de considerações quando da elaboração do parecer solicitado.

13. Oportunamente, informa-se que o Conselho Nacional de Justiça-CNJ, órgão do Poder Judiciário, por meio da Resolução nº 185, de 18/12/13, que institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento, definiu, em seu art. 3º, I, a assinatura digital apenas como resumo matemático computacionalmente calculado a partir do uso de chave privada e que pode ser verificado com o uso de chave pública, estando o detentor do par de chaves certificado dentro da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Br), na forma da legislação específica. O CNJ, pois, não optou pelo cadastro de usuário como forma de assinatura eletrônica conforme previsto na Lei federal nº 11.419/06 cuja redação, nesse ponto, é similar à da Lei estadual nº 17.039/10.

Assim, com essas observações iniciais sugere-se o encaminhamento dos presentes autos à Gerência de Gestão, Planejamento e Finanças/Coordenação de Informática para atendimento da solicitação do item 5 e posterior retorno a Gerência Jurídica.

Submeta-se à apreciação da Gerência Jurídica da AGR.

Gerência Jurídica, em Goiânia-GO, aos 13 dias do mês de abril de 2016.

Evandro Arantes Faria
Gestor Jurídico
OAB/GO nº 46.057

A